



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

"AFIXADO NO QUADRO DE  
AVISOS EM 10/10/19"  
Elisabeth Azevedo  
Recepção/Protocolo

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2019

"Regulamenta e padroniza o sistema de controle interno da Câmara Municipal de Monte Mor".

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 12 de Dezembro de 2012, e com fulcro no Art. 12, inc. II, vem regulamentar e padronizar o sistema de controle interno da Câmara Municipal de Monte Mor.

**Considerando** a necessidade de regulamentar o Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Mor;

**Considerando** que a primeira obrigação do Controle Interno do Poder legislativo é instruir os procedimentos e rotinas de controle por meio de Instruções Normativas e Procedimentos de Controle Interno;

**Considerando** que a Instrução Normativa, deverá ser ato administrativo para normatização e regulamentação de procedimentos internos de controle a serem observados por todos os servidores da Câmara e aqueles que se relacionarem com seus serviços;

**Considerando** que a Lei nº. 12.846/2013 trouxe importantes inovações sobre as sanções aplicáveis aos agentes que participem, como beneficiários, de desvios de atuação e de recursos públicos;

**Considerando** que se deve acompanhar e apurar a lisura dos atos administrativos, principalmente aqueles que importam despesas para o erário, é função precípua do controle interno da Administração Pública.

## **RESOLVE:**

### **Capítulo I Das Disposições Preliminares**

**Artigo 1º** - Esta Instrução Normativa estabelece normas que deverão ser observadas pelo Controlador Interno, que estabelecerão rotinas de trabalhos e procedimentos de controle, que gerarão alertas, relatórios, pareceres e auditorias.

§ 1º - Os pareceres, relatórios, orientações e auditorias do Controlador Interno deverão ser encaminhados via protocolo geral.

§ 2º - Esta Instrução Normativa normatiza os seguintes setores:  
Setor Contábil, Setor de Compras e Licitações, Setor de Patrimônio, Setor de Recursos Humanos e Setor Legislativo.

*Lucy*  
*Agf*





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

## Capítulo II Fiscalização e Controle

**Artigo 2º** - O Controle Interno será exercido por meio de avaliação, fiscalização e controle, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficácia, eficiência, efetividade, transparência da gestão pública.

**Artigo 3º** - A atuação do Controlador Interno da Câmara não poderá resultar em constrangimento do poder discricionário dos gestores, ficando a critério do ordenador de despesas acatar ou não o parecer do Controlador.

## Capítulo III Procedimentos de Controle na Contabilidade e Tesouraria

**Artigo 4º** - O Controlador interno deverá avaliar e emitir pareceres mensais referentes à:

- I - Gestão orçamentária;
- II - Alterações orçamentárias;
- III - Execução financeira;
- IV - Despesas com o pessoal;
- V - Limite total da despesa legislativa (art. 29 – A CF);
- VI - Limite para gastos com folha de pagamento (§ 1º, art. 29 – A CF);
- VII - Limite de subsídio aos vereadores (art. 29, VI, CF);
- VIII - Limite de subsídio aos vereadores (art. 29, VII, CF);
- IX - Repasse de duodécimo;
- X - Recolhimento com encargos sociais;
- XI - Investimentos;
- XII - Despesas com licitações e contratações diretas;
- XIII - Estoque em almoxarifado;
- XIV - Despesas com adiantamento;
- XV - Cumprimento de prazos e alerta AUDESP;
- XVI - Processos legislativos;
- XVII - Ações de governo previstas no orçamento;
- XVIII - Denúncias e representações.

**Artigo 5º** - Os responsáveis pela contabilidade e tesouraria deverão fornecer ao controlador todos os documentos necessários para estudo e elaboração dos pareceres acima elencados.

## Capítulo IV Compras avulsas e Licitações

**Artigo 6º** - O procedimento para compras avulsas e contratações deverá obedecer rigorosamente ao fluxograma de compras definido em Instruções Normativas.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

**Artigo 7º** - Os procedimentos licitatórios e dispensa (art. 24 e 25 da Lei 8.666/93) também serão observados pelo Controlador, com a emissão do parecer antes da homologação do certame, nos moldes da lei 8.666/93, lei 10.520/12 e demais disposições legais sobre o tema.

## Capítulo V Bens Patrimoniais

**Artigo 8º** - Os bens patrimoniais serão fiscalizados, patrimoniados e depreciados pela Auxiliar Patrimonial, que deverá apresentar os respectivos relatórios e inventários em conformidade com os artigos 94, 95 e 96 da lei Federal nº. 4.320/64.

**Artigo 9º** - E ao controlador cabe:

- I - Verificar se foi realizado o inventário anual de bens móveis e imóveis, nos termos do artigo 96 da Lei nº. 4.320/64;
- II - Se há servidores designados para a guarda e administração dos bens;
- III - Se houve recomendações anteriores do Tribunal de Contas.

## Capítulo VI Recursos Humanos

**Artigo 10** - Quanto à área de Recursos Humanos, cabe ao controlador verificar semestralmente as oscilações no quadro de pessoal e possíveis irregularidades quanto aos cargos ocupados.

**Artigo 11** - Caberá ao controlador verificar junto ao Setor de Recursos Humanos a atualização do prontuário dos servidores efetivos, com exames periódicos a cada 2 (dois) anos.

**Artigo 12** - A Comissão de Estágio Probatório deverá encaminhar ao controlador as avaliações dos servidores para a devida verificação dessas avaliações.

## Capítulo VII Legislativo

**Artigo 13** - Cabe ao Setor Legislativo a expedição e a publicação do edital, a lavratura da Ata da Audiência Pública, a montagem e guarda das pastas em arquivos próprios, após a análise do Controle Interno.

**Artigo 14** - Cabe também ao Setor Legislativo, comunicar a data e hora da Audiência Pública aos demais vereadores, ao Setor Jurídico, ao Controle Interno e aos responsáveis pela iniciativa da propositura.

*Assinatura*  
*19/7*





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

**Artigo 15** – Ao final os documentos referentes à Audiência Pública deverão ser encaminhados para o Controle Interno, para a devida análise.

**Artigo 16** – Quanto às contas do executivo, cabe ao Setor Legislativo comunicar por escrito o Controle Interno com cópia do ofício de recebimento, assim que as contas chegarem na Câmara Municipal.

**Artigo 17** – Cabe ao Controle Interno acompanhar o procedimento das contas do executivo até a sua apreciação pelo plenário com sua respectiva publicação.


## Capítulo VIII Transparência

**Artigo 18** – O Controle Interno deverá verificar se os regramentos que regulamentam o SIC, nos moldes do artigo 9º da Lei 12.527 de 2011, estão sendo observados pela Comissão específica e a conformidade do serviço de informação.

**Artigo 19** – A Câmara Municipal de Monte Mor possui em sua página eletrônica balanços patrimoniais, licitações e outras informações de diversos setores, sendo cada setor responsável pela alimentação da informação que lhe diga respeito.

**Artigo 20** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga qualquer disposição em contrário.

Câmara Municipal de Monte Mor em 07 de janeiro de 2019.

  
**WALTON ASSIS PEREIRA**  
Presidente

  
**ALDELINA ALVES FERREIRA**  
1ª Secretária

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 07 dias do mês de janeiro de 2019.

  
**NEIDE GARCIA FERNANDES**  
2ª Secretária